

## **PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCAÇÃO ESPECIAL: RUMO A UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

Beatriz Batista Oliveira, Ana Clara Sousa Lima, Maria Iviane Graça da Silva.

*Universidade Federal de Alagoas, beatrizbboo@hotmail.com; sousalimaa3@gmail.com; mariaiviane17@hotmail.com.*

**Resumo:** Este artigo tem como seus principais objetivos promover nos leitores um entendimento sobre a educação inclusiva e sua importância para que possa ser criado uma consciência em todas as pessoas tanto no ambiente escolar quanto fora dele e assim promover em todos os lugares a inclusão de pessoas que possuem algum tipo de diferença física ou intelectual dos demais. Este trabalho constituiu-se da necessidade de analisar como começou a atuação da psicologia na educação, bem como as mudanças ocorridas durante este processo de atuação que passou do simples diagnóstico das deficiências e/ou transtornos para a busca de meios que promovessem o desenvolvimento e aprendizagem destas pessoas. Fazendo-se necessário novas leis que regulamentassem o papel da escola como formadora também das pessoas com necessidades educativas especiais.

**Palavras-chave:** Educação, Psicologia, Inclusão. Desenvolvimento.

## INTRODUÇÃO

A psicologia como ciência do comportamento aplica-se ao campo educacional com a necessidade de se compreender os processos de ensino e aprendizagem, diferenças da criança, bem como o seu crescimento e desenvolvimento.

Há algumas teorias do desenvolvimento (Vygotsky, Piaget, por exemplo) que revelam que cada criança tem suas particularidades e níveis de desenvolvimento diversificados, não há um padrão para se aprender a ler e escrever, este processo depende tanto de aspectos biológicos quanto do meio em que a criança está inserida. Assim, hoje, tendo em vista estas teorias, a criança não pode ser reprovada nos primeiros anos escolares.

Dessa forma é normal e bastante natural que as crianças tenham algumas dificuldades em se adaptar a escola nos primeiros anos escolares, pois há uma mudança de rotina e novas regras a serem seguidas. No entanto há crianças que mesmo com o passar do tempo não vão conseguir acompanhar os seus colegas, nem desenvolver suas habilidades ou até mesmo já vão apresentar algumas dificuldades de aprendizagem e desenvolvimento antes do período escolar. Também podem já nascer com esta dificuldade diagnosticada, consequência de complicações no parto etc. Estas crianças necessitam de um atendimento educacional especializado, ou seja, uma maior atenção e até mesmo recursos didáticos específicos, requerendo assim um auxiliar na sala de aula. Será preciso transferir esta criança para uma escola especial? Não necessariamente! A criança com necessidades educativas especiais pode e é assegurada por leis e decretos como o de nº6.571/2008, a frequentar a escola, e a receber o atendimento educacional especializado que a mesma necessita. Não obstante a depender da necessidade especial da criança ela vai precisar ser acompanhada por psicólogos e psiquiatra.

Dessa forma faremos uma breve revisão da história da educação, procurando compreender como a psicologia passou a atuar também no campo educacional, as mudanças ocorridas nessa atuação. Procuraremos também esclarecer o que é educação especial e qual o público desta educação. Problematicar a legislação brasileira, que prevê a inclusão escolar, pôr em questão esta inclusão prevista na lei e suas contradições.

## **METODOLOGIA**

Na primeira parte deste artigo, foram trazidos conhecimentos a respeito de que cada criança tem seu tempo de aprendizagem e que deve-se ser sempre respeitado, porém, algumas mais que outras, terão maiores dificuldades e muitas não conseguirão mas pra isso foi destinado um atendimento especializado para saber lidar com as especificidades de cada aluno já que a inclusão não trata apenas de matricular o aluno na ensino regular e sim ter um acompanhamento de profissionais qualificados para tal trabalho.

Posteriormente fora falado de como a psicologia na educação era utilizada como instrumento de diagnóstico das crianças com dificuldades de aprendizagem, porém, estes eram rotulados como retardados e não retardados, algo que mudou muito nos dias atuais e a psicologia na educação hoje é utilizada como meio de diagnosticar e ajudar os alunos a melhorarem cada dia mais.

Com isto, para compor o corpo deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica afim de obter conhecimentos necessários para compor um pensamento nosso com contribuições de diversos autores para o enriquecimento deste trabalho visando a não exclusão de alunos em nenhum campo da educação e trilhando caminhos para o fim da marginalização das minorias.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente é necessário que se faça uma breve revisão da história da educação. Na antiguidade a educação era elitizada, ou seja, só os ricos tinham acesso a uma educação mais sistematizada, (não como a que temos hoje) os pobres aprendiam com a vida. A educação passou a ser oferecida aos pobres com a mudança do sistema econômico de feudalismo para capitalismo, se fez necessário então novos conhecimentos como o matemático, por exemplo.

Como consequência desta transição de modelo econômico, a escola antes elitizada passou a se espalhar também nos guetos, os pobres passaram então a frequentar a escola, (não a mesma que os ricos) aumentando assim a demanda de alunos. A demanda de alunos cresce e com isso cresce também as dificuldades de aprendizagem e o fracasso escolar.

Dessa forma Santos (2009) afirma que:

Começaram a ser desenvolvidos nas escolas testes que procuravam compreender que procuravam explicar as diferenças de rendimentos dos alunos e o acesso diferenciado a diversos graus de escolarização. E, assim esse conhecimento científico foi à base do pensamento dos psicólogos e educadores daquela época. Aos poucos, o conceito de anormalidade ia sendo deslocado das psiquiatrias para as escolas. (p.12)

E foi assim então que a psicologia passou a atuar na educação, com o intuito de diagnosticar as deficiências dos alunos com dificuldade de aprendizagem, usando testes de QI, onde as pessoas ao fazê-los recebiam os resultados para seus níveis de inteligência, podendo ser classificados como retardados leve ou moderado e cretino. Hoje sabemos que o papel da psicologia na educação é muito mais que dar o diagnóstico de determinada deficiência, mas também promover junto à escola o desenvolvimento destas crianças.

COOL, MARCHESI e PALACIOS (2004) explicam muito bem para que serviam os testes de QI.

Os testes de inteligência, cujo objetivo principal é o de situar pessoas em um determinado nível, comparando-as ao restante da população. O desenvolvimento dos testes de inteligência ajuda a delimitar os diferentes níveis de normalidade e de deficiência mental além de diagnosticar em qual deles situava-se o aluno. (p.17)

Santos (2009) cita que foi a partir de 1948, que o “termo psicopedagogia passa a ser definido com o objetivo de atender crianças e adolescentes desadaptados, embora inteligentes, tinham dificuldades”. (p.13). Ou seja, foi um longo processo de transformações para a atuação que a psicologia tem hoje na educação, se antes foi taxativa e segregadora, pois ao invés de identificar a dificuldade e procurar meios de saná-las e/ou diminuí-las. Ao realizar os testes de QI somente rotulava como se não fosse possível o desenvolvimento e aprendizagem seguindo muito a teoria de Darwin da seleção natural. Hoje a psicologia em parceria com a educação tem o desafio de promover o desenvolvimento, e oferecer uma educação especial.

### **Educação especial?**

A educação especial surgiu a partir do momento em que as pessoas não aceitaram mais ser simplesmente taxadas de retardadas e passaram a reivindicar uma educação mais satisfatória, pois o problema não estava nas pessoas com deficiência, mas também nos métodos utilizados. Em vista disso começou-se então a relacionar medicina, psicologia, psicanálise e pedagogia para estudar uma ou várias possibilidades de oferecer o desenvolvimento e aprendizagem das pessoas com deficiência promovendo assim a sua evolução.

A educação especial viveu profundas transformações durante o século XX. Impulsionada pelos movimentos sociais que reivindicavam mais igualdade entre todos os cidadãos e a superação de qualquer tipo de discriminação, incorporou-se aos poucos, ao sistema educacional regular e buscou formulas que facilitassem a integração dos alunos com alguma deficiência. COOL, MARCHESI e PALACIOS (2004, p.15)

A educação especial deve ser uma educação que supere os métodos tradicionais de ensino, pensada, formulada e planejada para promover a aprendizagem e o desenvolvimento das potencialidades da criança com necessidades educativas especiais. Ela não pode utilizar um único método de ensino com estas crianças, pois desta forma não estaria de fato realizando o seu desenvolvimento, uma vez que são bastante distintas as suas necessidades. A educação especial pode ser oferecida pela escola regular e por centros de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Art. 58 Entende-se educação para os efeitos da lei a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (LDB, p.34)

O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, p.3)

Se há uma lei, por que não há uma educação especial realmente efetiva? Infelizmente sabemos que o sistema educacional no Brasil é bastante precário que deixa muito a desejar, principalmente na escola pública, e mesmo previsto na lei a realidade mostra outra situação, é aquela velha história: a teoria difere muito da prática.

Para que a educação especial realmente aconteça é necessário que a escola esteja preparada para atender as necessidades educativas especiais dos seus alunos, os professores devem ser capacitados. No entanto o que geralmente acontece é justamente o contrário, o aluno é matriculado na escola de ensino regular mas não recebe o atendimento educacional de que necessita para o seu desenvolvimento e aprendizagem. Pois, a escola não dispõe de profissionais capacitados que possa observar e acompanhar o aluno com necessidade educativa especial; nem mesmo de psicopedagogos para auxiliar no atendimento da criança o qual ele tem direito; o docente mesmo capacitado não dá conta muitas vezes de salas superlotadas e a criança com necessidade especial fica esquecida, sendo passada para os anos seguintes só para não dar trabalho, mas sem nunca ter realmente aprendido algo.

A escola que deveria ser uma instituição de inclusão, integração atendendo a todos sem preconceito, acaba se tornando um espaço extremamente exclusivo, que mesmo tendo uma diversidade de pessoas matriculadas, ela é eficiente para um grupo seletivo que já tem privilégios na sociedade de classes em que vivemos.

### **O público alvo da educação especial.**

O ser humano como um ser em desenvolvimento constante e adaptável, inicia o seu processo de desenvolvimento assim que é concebido no ventre da mãe e só para de desenvolver quando morre, este processo de desenvolvimento do homem depende tanto de aspectos biológicos quanto do meio em que vive comprovado hoje por teorias do desenvolvimento onde se destacam Piaget, Vygotsky, Freud entre outros. Dessa forma

cada ser humano tem capacidades diferentes, habilidades diferentes, processos evolutivos diferentes enfim cada ser humano é único e singular. Como afirma MARTÍNEZ (2007):

A subjetividade humana é extraordinariamente complexa, complexidade que se expressa entre outras formas, em seu caráter altamente singularizado e, nas atividades humanas complexas, como aprendizagem escolar, essa singularidade da subjetividade se manifesta de maneiras diversas. (p.99)

E é nessa singularidade e subjetividade que temos as crianças com necessidades educativas especiais, e mesmo que não existam seres humanos completamente iguais há os considerados normais, e os que diferem dos padrões de normalidade.

A criança com necessidades educativas especiais é aquela que não vai conseguir desenvolver habilidades com ler, escrever, e resolver problemas matemáticos somente frequentando a escola regular que não tem um ensino especializado, que não desenvolvem a coordenação motora de maneira natural como andar na idade considerada normal por volta de um ano de idade, somente pela observação e estímulo. Que vão apresentar desvios mentais, altas habilidades e retardo; deficiências auditivos e visuais; surdos; cegos; distúrbios de aprendizagem, emocional e social; paralisia cerebral; deficiências físicas e intelectuais, etc.

A expressão necessidades educativas especiais foi utilizada pela primeira vez em 1978 e se aplicava àqueles sujeitos que apresentavam algum problema que incidisse em seu processo de escolarização, problemas que demandassem uma atenção mais específica e mais recursos educativos do que os demais companheiros da idade de referência do estudante. (MARTÍNEZ, 2007, p. 129)

Portanto, estudantes com necessidades educativas especiais são aqueles que necessitam de programas e de recursos individualizados, com o objetivo de proporcionar condições de ensino e aprendizagem.

### **Uma proposta de inclusão**

A legislação brasileira assegura aos educandos de educação especial o direito a professores capacitados e a integração na sala de aula comum como previsto no art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 oferecendo uma educação que promova o seu desenvolvimento.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades ou superdotação: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (p. 34,35)

No entanto já virou clichê falar da falta de aplicação das leis brasileiras em qualquer campo, mas principalmente no campo educacional, temos leis decretos e declarações que se realmente aplicadas talvez começássemos a vislumbrar mudanças significativas na educação para que esta se torne eficaz para todos que atenda a todos e reconheça sim as particularidades e singularidades de cada um de seus educandos. Pode parecer utopia, mas não é! A educação só vai mudar para melhor quando cada um tomar consciência do seu compromisso perante a sociedade, quando for tratada com seriedade e não como um jogo de culpabilizações onde professores, gestores e sociedade em geral não se reconhecem responsáveis pelo fracasso educacional e capazes de realizar mudanças no sistema educacional. Só assim será possível falar em uma educação inclusiva.

A inclusão escolar constitui hoje um dos temas mais debatidos no contexto educativo, o caráter excludente da sociedade contemporânea, a situação da escolarização no país e as políticas educacionais em relação a inclusão escolar das pessoas com necessidades educativas especiais, entre outros, tem constituído importantes elementos para incentivar discussões sobre este importante, tema. (Martínez, 2007, p.95)

Apesar de ser hoje um tema bastante discutido, como acima citado por Martínez, lamentavelmente as mobilizações para esta mudança, esta inclusão ainda caminha bastante devagar. Em pleno século XXI e a educação não difere muito do que era no passado, ou seja, de nada adianta leis e mais leis se não a sua efetivação. O mundo hoje modernizado e tecnológico, o homem foi à lua doenças e pestes foram praticamente exterminadas e os problemas na educação ainda continuam os mesmos. A educação é inegavelmente ideológica como cita (Freire, 1999, p.33) “ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica”, e segregadora.

Uma das principais barreiras ao processo de inclusão está relacionada com o fato de conceber o processo educativo como um processo estandardizado, dirigido a um grupo de alunos, grupo do qual se tem uma representação a priori e com o qual se tem de atingir objetivos predeterminados. Os indivíduos que não se comportam em correspondência com o grupo são considerados exceções as quais na maioria dos casos são enxergadas como problemas. Esta representação do processo educativo é em si mesma excludente, pois considera exceção e problemas formas singularizadas de expressão em sala de aula que, pela diversidade humana em função de condições, econômicas, culturais, sociais e biológicas diferentes resultam comuns no contexto educativo se este é, como assumimos, um espaço de todos e para todos. (Martínez, 2007, p.98,99)

Ou seja, para que a escola seja de fato inclusiva quando ela tem muito mais que uma diversidade de alunos matriculados como educandos brancos, negros, indígenas, ricos, pobres, cegos, surdos, com transtornos, paralisia, deficiências múltiplas, enfim. A escola só é efetivamente inclusiva quando ela mesma com essa multiplicidade de alunos, ela não exclui, é inclusiva quando tem consciência do seu papel de formadora do cidadão e de que somos todos diferentes, estando cônica disto atender a todo e qualquer aluno sem distinção, oferecendo a esses alunos a possibilidade de desenvolver as suas capacidades. A escola é inclusiva quando ela não privilegia nenhum de seus alunos, mas sabendo que há alunos que fazem parte de um grupo socialmente privilegiado, procura ainda mais promover a igualdade.

## CONCLUSÕES

A escola como formadora do cidadão deveria promover o desenvolvimento de todos os seus educandos sem distinção, no entanto os desafios e obstáculos para que ela ofereça uma educação que seja realmente de qualidade são muitos, como a falta de compromisso dos envolvidos, gestores, docentes, comunidade em geral. A mudança só acontecerá quando todos tomarem consciência do seu papel e se sentirem parte desta mudança.

Não simplesmente criticar, culpabilizar e cobrar do outro, ações quando se está de braços cruzados para o que está acontecendo. É preciso que a sociedade tome a frente e deixem de ser expectadores para se tornarem autores e atores destas mudanças, pois está previsto em lei, decretos e declarações que todo e qualquer cidadão tem direito há um ensino público de qualidade, se isto não está acontecendo temos o direito e o dever de cobrar.

Apesar das mudanças no sistema educacional caminharem lentamente, se fizermos uma análise dos processos de mudanças poderemos perceber que já ocorreram algumas bem significativas. No entanto estas mudanças não ocorrem sem luta.

## REFERÊNCIAS

AZZI, Gurgel; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. Psicologia educacional. São Paulo: casa do psicólogo, 2011;

COOL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J.. Desenvolvimento Psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto alegre: Artmed, 2004;

Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> acesso em 13/06/2017;

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Cortez, 1999;

LDB nacional [recurso eletrônico]: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 159). Disponível em [http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/proen/ldb\\_11ed.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/proen/ldb_11ed.pdf) acesso em 13/06/2017;

MARTÍNEZ, Albertina Mitjás. Psicologia escolar e compromisso social: novos desafios, novas práticas. São Paulo: Alínea, 2007;

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010;

SANTOS, Denise Moreira dos. Como a psicopedagogia pode contribuir no tratamento das crianças autistas. Monografia, Rio de Janeiro, 2009.